

TÍTULOS DE CRÉDITO ELETRÔNICOS NO ATUAL CONTEXTO JURÍDICO

Autor(res)

Fabrício Dias Rodrigues Rodrigo De Almeida Figueirêdo

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

Os títulos de crédito, tradicionalmente emitidos em suporte físico, são documentos formais que representam uma obrigação de pagamento. Estão vinculados a princípios como literalidade, autonomia e cartularidade, essenciais à sua eficácia no comércio. Com a digitalização das relações jurídicas, surgiu a necessidade de adaptar esses instrumentos ao meio eletrônico. Essa transição impôs ao direito novos desafios, como garantir a autenticidade e integridade dos títulos sem a materialidade documental. A legislação brasileira evoluiu nesse sentido, como demonstra o artigo 889, §3º do Código Civil, que reconhece a validade de documentos eletrônicos assinados digitalmente. Contudo, persistem dúvidas quanto à segurança jurídica, interoperabilidade e ausência de regramento técnico específico. Diante disso, busca-se investigar os fundamentos normativos que os sustentam, identificar os entraves à sua adoção plena e refletir sobre possíveis soluções que assegurem sua efetividade no ambiente digital.

Objetivo

Analisar os fundamentos legais e os desafios da emissão de títulos de crédito eletrônicos no Brasil. Objetivos específicos: conceituar juridicamente os títulos de crédito; avaliar sua compatibilidade com o meio digital e examinar as lacunas normativas e técnicas.

Material e Métodos

O presente estudo utilizou a metodologia de revisão bibliográfica e documental, com caráter qualitativo e exploratório. Foram consultadas obras doutrinárias, artigos científicos e legislações vigentes. As fontes foram extraídas de bases como Minha Biblioteca VitalSource, Doutrinas e Biblioteca Digital Jurídica do STJ. A metodologia adotada foi a revisão bibliográfica e documental com abordagem qualitativa. Foram analisadas doutrinas jurídicas especializadas, artigos acadêmicos, legislações nacionais e jurisprudências recentes. As fontes consultadas foram coletadas em plataformas como Minha Biblioteca VitalSource, Biblioteca Digital Jurídica do STJ, e livros sobre o Direito Cambial. Para fins de delimitação, priorizaram-se textos que abordassem a evolução normativa dos títulos de crédito e sua adaptação ao meio digital. A pesquisa também contemplou decisões judiciais que reconhecem a validade jurídica dos títulos eletrônicos, com base em assinaturas digitais. Foram ainda considerados aspectos técnicos relacionados à segurança da informação, com especial atenção a tecnologias como blockchain, que têm sido apontadas como possíveis substitutas da cartularidade. A análise buscou, assim,



reunir fundamentos teóricos e práticos que permitam compreender os limites e potencialidades da aplicação desses instrumentos no contexto jurídico atual.

Resultados e Discussão

A pesquisa evidenciou que os títulos de crédito eletrônicos vêm ganhando reconhecimento jurídico no ordenamento brasileiro, especialmente após o advento da Medida Provisória n.º 2.200-2/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), essencial para a autenticação por assinatura digital. A validade jurídica desses documentos está condicionada à observância de requisitos como autenticidade, integridade, segurança e interoperabilidade. A assinatura digital, nesse contexto, tem se mostrado um mecanismo crucial para conferir confiabilidade às transações, sendo amplamente exigida nas operações realizadas por meio eletrônico. Contudo, observou-se que, apesar do respaldo legal existente, a aplicação prática dos títulos de crédito eletrônicos ainda enfrenta entraves significativos. Um dos principais desafios está na ausência de normas técnicas padronizadas que regulem de forma clara e uniforme os procedimentos de emissão, aceite, endosso, protesto e circulação dos títulos em ambiente digital. Essa lacuna normativa contribui para a insegurança jurídica, inibindo a adesão ampla por parte dos agentes econômicos e instituições financeiras.

Além disso, identificou-se resistência cultural e operacional no meio empresarial e cartorial quanto à substituição definitiva dos documentos físicos. Tal resistência é motivada, em parte, pela desconfiança sobre a interoperabilidade entre sistemas distintos e pela dificuldade de fiscalização e rastreabilidade das transações eletrônicas. Doutrinadores têm sugerido a adoção de tecnologias disruptivas, como o blockchain, como forma de garantir inviolabilidade, rastreabilidade e descentralização, reforçando a confiança nos títulos digitais. Dessa forma, constata-se que, embora o avanço seja inegável, a consolidação dos títulos eletrônicos como instrumentos plenamente eficazes ainda depende de iniciativas legislativas, regulamentares e institucionais mais robustas e coordenadas.

Conclusão

Os títulos de crédito eletrônicos representam um avanço jurídico compatível com as transformações digitais do século XXI. Sua validade é reconhecida pelo ordenamento brasileiro, mas sua aplicação prática ainda encontra obstáculos significativos. A ausência de normas técnicas específicas, somada à insegurança jurídica quanto à circulação e endosso desses instrumentos, exige maior regulamentação e padronização. A certificação digital tem desempenhado papel central na legitimação desses títulos, mas soluções tecnológicas complementares, como blockchain, precisam ser normatizadas para garantir segurança plena. Portanto, é essencial que o legislador avance na criação de um marco legal claro, assegurando aos operadores jurídicos e ao mercado maior previsibilidade, confiabilidade e eficácia no uso desses instrumentos eletrônicos.

Referências

CAMPOS, José Fernando dos Santos; VALÉRIO, Marco Aurélio Gumieri. Títulos de crédito eletrônico: a tecnologia a serviço do direito cambial. Brasília: Senado Federal, 2020. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/publicacoes. Acesso em: 1 maio 2025.

SILVA, Roberta de Fátima. A validade jurídica dos títulos de crédito eletrônicos no Brasil. Revista Brasileira de Direito Digital, v. 6, n. 2, 2023. Disponível em: https://revistas.direitodigital.org. Acesso em: 1 maio 2025.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. 7ª Turma Cível. Apelação Cível n. 0707424-43.2020.8.07.0014. Relator: Des. Cruz Macedo. Julgado em: 09 ago. 2022. Disponível em:



https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-df/1616483209/inteiro-teor-1616483211?origin=serp. Acesso em: 1 maio 2025.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Execução civil. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2017.